
O QUE SÃO *HISTÓRIAS DE ABORTO*? EFEITOS DE PRÉ-CONSTRUÍDO NA CAMPANHA “EU VOU CONTAR”

8

WHAT ARE *ABORTION STORIES*? EFFECTS OF THE PRE-CONSTRUCTED IN THE “I WILL TELL CAMPAIGN”

CARVALHO, Millaine de Souza

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pelotas
Doutoranda em Letras na Universidade Federal de Pelotas
E-mail: millainedescarvalho@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9423-5999>

VINHAS, Luciana Iost

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: lucianavinhas@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1026-2277>

RESUMO

Para ouvir *histórias de aborto*, a Anis - Instituto de Bioética, apoiada pela *Think Olga*, lançou, em 2017, a campanha *Eu vou contar*. Através da rede social virtual *Tumblr*, a campanha publicou, de setembro de 2017 a julho de 2019, cinquenta e duas histórias de aborto, na maioria, de sujeitos-corpos-ovarianos que interromperam a gestação clandestinamente no Brasil. Além da publicação dos textos enviados à campanha, a Profa. Dra. Débora Diniz realizou a leitura oral de cada história, a qual foi registrada em vídeo, publicado juntamente com as histórias de aborto na forma escrita. No *Tumblr Eu vou contar*, ainda foram publicados os dois textos de divulgação da campanha, sendo o segundo assinado por Diniz, uma das idealizadoras da campanha. A partir de Sequências Discursivas dessas duas materialidades verbais e da sequência enunciada antes da leitura oral de cada história, buscamos refletir, baseadas na Análise Materialista do Discurso, sobre os efeitos de evidência produzidos pela ideologia a respeito de histórias de aborto e como as relações de sentido estabelecidas via pré-construído nas materialidades em análise autorizam, no nível do intradiscurso, relações parafrásticas.

Palavras-chave: Análise Materialista do Discurso. Aborto. Pré-Construído. Eu Vou Contar.

ABSTRACT

To listen to *abortion stories*, Anis – Bioethics Institute, supported by Think Olga, launched, in 2017, the *I will tell campaign*. Through the virtual social network Tumblr, the campaign published, from September 2017 to July 2019, fifty-two abortion stories, mostly of ovarians-body-subjects who clandestinely interrupted their pregnancy in Brazil. In addition to publishing the texts sent to the campaign, professor Débora Diniz PhD performed the oral reading of each story, which was recorded on video, and published along the abortion stories in written form. On the Tumblr *I will tell*, two texts were also published to publicize the campaign, the second being signed by Diniz, one of the creators of the campaign. Based on the Discursive Sequences of these two verbal materiality and on the sequence enunciated before the oral reading of each story, we seek to reflect on the effects of evidence produced by ideology regarding abortion stories and how the relations of meaning established via pre-constructed materiality under analysis authorize, at the intradiscursive level, paraphrastic relationships.

Keywords: Materialist Discursive Analysis. Abortion. Pre-Constructed. I Will Tell.

INTRODUÇÃO

Eu vou contar. Assim a Anis - Instituto de Bioética, apoiada pela *Think Olga*, intitulou a campanha lançada em 2017 para ouvir *histórias de aborto*. A campanha foi divulgada principalmente na rede social virtual *Tumblr*, na qual foram publicadas as histórias enviadas a essas Organizações Não Governamentais (ONG), as quais pediram que os relatos fossem de procedimentos ocorridos há mais de oito anos¹. A campanha publicou, de setembro de 2017 a julho de 2019, cinquenta e duas histórias, na maioria, de sujeitos-corpos-ovarianos² que abortaram clandestinamente no Brasil. Além da publicação dos textos, a Profa. Dra. Débora Diniz, uma das idealizadoras da campanha, realizou a leitura oral de cada história, a qual foi registrada em vídeo publicado juntamente com as materialidades verbais.

1. A necessidade de o aborto ter ocorrido neste período de tempo se dá tendo em vista o prazo de prescrição do delito, considerando as penas para o crime de aborto no Brasil.

2. Na dissertação de mestrado *Entre sujeito de direito e objeto de lei: uma análise discursiva de testemunhos de mulheres que abortaram*, produzimos a designação *sujeito-corpo-ovariano* para nos referir aos sujeitos que abortam, dado, entre outros aspectos, o funcionamento ideológico da relativa determinativa.

No ano de lançamento da campanha, foi ajuizada, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 para questionar os artigos 124³ e 126⁴ do Código Penal, os quais criminalizam a prática do aborto (BRASIL, 2012). Embora pareça comum acreditar que a interrupção voluntária de uma gravidez indesejada não é corrente no país, afinal, o Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940) criminaliza tal prática (Artigos 124, 125⁵, 126, 127⁶ e 128⁷), as Pesquisas Nacionais de Aborto (PNA) apontam para a frequência do aborto no país (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016). Assim, o Partido Socialismo e Liberdade (PSol) moveu tal ação junto ao STF, requerendo que a interrupção voluntária da gravidez nas primeiras doze semanas de gestação seja descriminalizada no Brasil (STF, 2018).

A ministra Rosa Weber, relatora da ADPF nº 442, convocou, em março de 2018, como parte integrante do julgamento da arguição, uma audiência pública sobre descriminalização do aborto para a participação direta da *sociedade civil*⁸ na discussão. A juíza alegou ser este “um dos temas jurídicos ‘mais sensíveis e delicados’, pois envolve razões de ordem ética, moral, religiosa e de saúde pública e a tutela de direitos fundamentais individuais” (STF, 2018, [n.p.]). Diante disso, foram selecionados mais de quarenta representantes de instituições e organizações nacionais e internacionais para falar durante a audiência, que ocorreu nos dias 03 e 06 de agosto de 2018 na sede do STF.

Então, a divulgação da campanha e a publicação dos textos ocorreram quando a descriminalização do aborto voltou a ser pauta no STF. Nesse período, na página inicial do *Tumblr* Eu vou contar foi publicado um texto de divulgação da campanha. Ainda em setembro

3. “Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento: Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - detenção, de um a três anos” (BRASIL, 1940, [n.p.]).

4. “Aborto provocado por terceiro: Art. 126 – Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência” (BRASIL, 1940, [n.p.]).

5. “Aborto provocado por terceiro: Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de três a dez anos” (BRASIL, 1940, [n.p.]).

6. “Aborto provocado por terceiro: Forma qualificada: Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte” (BRASIL, 1940, [n.p.]).

7. “Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro: II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal” (BRASIL, 1940, [n.p.]).

8. Uma vez que a Análise de Discurso, teoria a partir da qual enunciamos para a escrita desta pesquisa, tem por base epistemológica o Materialismo Histórico, “como teoria das formações sociais e de suas transformações” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 160), aplicamos o grifo itálico a *sociedade civil* para marcar ser esta designação empregada pela ministra Rosa Weber. A diferença de um conceito idealista de sociedade (ALTHUSSER, [1985] 2008), ao longo desta dissertação, empregamos formação social.

de 2017, foi postado o segundo texto de divulgação, este assinado pela Profa. Dra. Débora Diniz. A partir de Sequências Discursivas (SD) dessas duas materialidades verbais e da sequência enunciada antes da leitura oral de cada história, buscamos refletir, com base na Análise Materialista do Discurso (AD), sobre os efeitos de evidência produzidos pela ideologia a respeito de *histórias de aborto* e como as relações de sentido estabelecidas via *pré-construído* nas materialidades em análise autorizam, no nível do intradiscurso, relações parafrásticas.

UM MOVIMENTO TEÓRICO-ANALÍTICO

A presente pesquisa, como dito, tem por base os pressupostos teórico-metodológicos da AD, teoria desenvolvida por Pêcheux e colaboradores entre os anos 1960 e 1980 na França e que segue sendo produzida no Brasil. A AD reside sobre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso, atravessados e articulados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010), tendo por objeto de estudo o *discurso*, pensado em sua dimensão ideológica e simbólica. O *efeito de sentidos* sócio-histórico-ideológico entre lugares determinados à revelia do sujeito na estrutura de uma formação social é o discurso (PÊCHEUX, [1969] 2019). Dizer que o discurso é *efeito de sentidos* entre lugares determinados à revelia do sujeito significa dizer que as relações de linguagem aqui estudadas são relações entre sujeitos.

O sujeito discursivo, tal como entendido nessa perspectiva teórica, é constituído na relação com o simbólico e duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia, dada a sua constituição na interface entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Pela perspectiva materialista, o sujeito discursivo é assujeitado ideologicamente, produto de determinações; afinal, os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas nele se realizam (PÊCHEUX; FUCHS, 2010). Pelo viés da Psicanálise, o sujeito discursivo é, também, descentrado, pois é dotado de inconsciente. Enquanto *ser-em-falta*, o sujeito discursivo produz sentidos a partir de “o furo da **linguagem**, representado pelo *equivoco*, o furo da **ideologia**, expresso pela *contradição*, e o furo da **Psicanálise**, manifestado pelo *inconsciente*” (FERREIRA, 2005, p. 70, grifos da autora).

Assim, em AD, a falta é constitutiva do sujeito, bem como da língua e, como explica Ferreira (2005, p. 70), é a região intersticial comum entre a AD e a Psicanálise. A falta, estruturante da língua na perspectiva da AD, é o que permite que sentidos fiquem à deriva e transbordem através da relativa determinativa, por exemplo, operação de encaixe sintático

que *demonstra* a ascendência de processos ideológicos-discursivos em relação ao sistema da língua, expondo o limite de sua autonomia, quer dizer, na perspectiva da AD, a língua tem *autonomia relativa* (HENRY, [1977] 1992). Através da operação de encaixe sintático posta por uma oração subordinada relativa determinativa é possível reparar nos limites entre o que vem de *outro lugar*, o *pré-construído*, e o que está linearizado materialmente.

A partir do funcionamento das relativas determinativas, Henry ([1975] 1990, 1992) propôs o termo *pré-construído*, conceito que emerge da leitura Materialista de Frege e Ducrot, pois, para Henry, as relativas determinativas manifestam um funcionamento ideológico na *base linguística*. De acordo com Maldidier (2003, p. 36), o conceito foi inicialmente proposto por Pêcheux: “Uma noite, ao sair do seminário de Culioli, na esquina da rua Feillantines e Saint Jacques, no fogo da discussão, Michel Pêcheux propõe o termo *pré-construído* (sic). A teoria do discurso acabava de receber um novo conceito”. Como lembra a autora, o termo *pré-construído* aparece no final do artigo *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*, quando Pêcheux e Fuchs (2010, p. 239, grifos dos autores) discutem

um problema teórico: o da relação de um processo discursivo com o ‘interdiscurso’, isto é, o conjunto dos outros processos que intervêm nele para constituir-lo (fornecendo-lhe seus ‘pré-construídos’⁹) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele, o papel de *discurso transverso*, ou [...] de *discurso perpendicular*).

Maldidier (2003) ainda ressalta que, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, [1975] 2009), tal noção comparece associada ao *interdiscurso*. Pêcheux (2009, p. 81, grifos do autor) opõe *base linguística e processo discursivo* para destacar, citando as teorizações de Henry, que todo sistema linguístico “é dotado de uma *autonomia relativa*”. Interrogando se “há *separação, distância ou discrepância* na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?”, o filósofo (PÊCHEUX, 2009, p. 88-89, grifos do autor) coloca que “foi isso que levou P. Henry a propor o termo ‘*pré-construído*’”, percebido por Pêcheux como uma *questão decisiva*. A partir das SD abaixo, analisamos os efeitos de sentido materializados linguisticamente

9. No interior desta citação retirada do texto de Pêcheux e Fuchs (2010), os autores citam Henry (1974) e Pêcheux (2009).

e, atentando à dimensão ideológica dos processos de significação, reparamos nos saberes do *interdiscurso* que ecoam no fio do discurso via *pré-construído*.

Como dissemos na introdução, no Tumblr *Eu vou contar*, foram publicados os dois textos de divulgação da campanha, sendo o primeiro de autoria da Anis - Instituto de Bioética e da Think Olga e o segundo assinado por Diniz. As SD recortadas desse dois objetos de análise e a sequência enunciada por Diniz antes da leitura oral de cada história configuram o corpus de análise deste artigo, a partir do qual buscamos refletir sobre os efeitos de evidência produzidos pela ideologia a respeito de histórias de aborto e como as relações de sentido estabelecidas via *pré-construído* nas materialidades em análise autorizam, no nível do intradiscurso, relações parafrásticas. Eis o primeiro texto de divulgação da campanha:

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias de aborto. Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar de mulheres. Não pense se você é contra ou a favor do aborto, pare e se permita conhecer essas histórias reais. Você é capaz de ouvir? Ao terminar de ler, se quiser contar sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique aqui (ANIS, 2017, [n.p.]).

Eis parte do segundo texto de descrição da campanha:

Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto. Ouvi histórias do mundo feminino na sua máxima delicadeza e intensidade. Foi o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste. Muitas delas passaram pelo aborto com medo e solidão, mas também alívio e senso de dever.

[...]

Cada história é parte de uma vida. Todas elas importam para nós; é falar de um vivido entre mulheres e pouco conhecido para além de nós mesmas. Aqui, contaremos uma história por semana, durante doze meses. Serão 52 mulheres e suas memórias. Elas não representam todas as

mulheres que já fizeram aborto no Brasil. Mas, ao final do percurso por suas histórias, mais de meio milhão de mulheres já terá feito um aborto (ANIS, 2017, [n.p.]).

Tendo em vista o objetivo deste arquivo, nesta seção, foram empreendidos gestos parafrásticos. Talvez tenhamos nos feito de *imbecil*, tenhamos *tomado partido pela imbecilidade*, o que significa “decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...” (PÊCHEUX, [1980] 2016, p. 25).

Nos¹⁰ colocando desta forma, perguntamos: O que são histórias de aborto?

Se, como dissemos, a ideologia fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe *o que é uma mulher, o que é um aborto, o que é uma mulher que faz aborto, quem faz aborto, o que é uma história de aborto, quem conta uma história de aborto*, nos perguntamos sobre as representações imaginárias evidentes do *eu*, sujeito do título da campanha, que irá contar uma história de aborto, o que significa, segundo o nosso entendimento, discutir a opacidade da língua, que, para a AD, não é transparente. Ainda, nos indagamos sobre as evidências pelas quais todo mundo sabe *o que é uma história de aborto*, afinal *Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de aborto*.

A **SD1** foi extraída do primeiro texto de divulgação da campanha, a **SD2** foi recortada do seu segundo texto de descrição¹¹ da campanha e a **SD3** é a formulação enunciada antes da leitura oral de cada texto. São estas:

SD1: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela *Think Olga* para ouvir histórias de aborto.

SD2: Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus

10. Reconhecemos a necessidade do uso obrigatório de ênclise neste caso conforme as regras prescritas pelas gramáticas normativas tradicionais, mas, neste artigo, utilizamos a próclise por reconhecer que, no Português Brasileiro (PB), “o pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo da oração principal” (PERINI, 2010, p. 119). Assim, em conformidade com Othero (2017, p. 59), consideramos que a regra de colocação pronominal “não encontra mais respaldo entre os falantes cultos do português [brasileiro]”.

11. “Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto. Ouvi histórias do mundo feminino na sua máxima delicadeza e intensidade. Foi o vivido por cada mulher no segredo de quem se esconde do crime e foge do dedo em riste. Muitas delas passaram pelo aborto com medo e solidão, mas também alívio e senso de dever.

Cada história é parte de uma vida. Todas elas importam para nós; é falar de um vivido entre mulheres e pouco conhecido para além de nós mesmas. Aqui, contaremos uma história por semana, durante doze meses. Serão 52 mulheres e suas memórias. Elas não representam todas as mulheres que já fizeram aborto no Brasil. Mas, ao final do percurso por suas histórias, mais de meio milhão de mulheres já terá feito um aborto [...]” (ANIS, 2017, [n.p.])

relatos de aborto.

SD3: Eu vou contar 52 histórias de mulheres que fizeram aborto.

Nessas três SD, segundo a nossa interpretação, é possível reparar na presença de *pré-construídos* materializados, na base *linguística*, via adjunto adnominal e relativas determinativas. Em nosso gesto interpretativo, para fins de análise, os adjuntos adnominais serão transformados em orações subordinadas relativas determinativas. A partir de tais materializações, consideramos necessário observar o *dito* em relação com o *já-dito*, uma vez que este determina materialmente as possibilidades de dizeres em uma situação enunciativa dada, embora o deslocamento da memória, afetada pelo esquecimento, permita a reformulação de dizeres.

Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela Think Olga para ouvir histórias de aborto (SD1) é a oração que inicia o primeiro texto de divulgação da campanha. A partir dessa SD, consideramos ser possível dizer, parafrasticamente:

P1a¹²: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela *Think Olga* para ouvir histórias que são de aborto.

P1b: Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de aborto iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela *Think Olga*.

Não consideramos ser possível dizer parafrasticamente:

P1c: Eu vou contar é uma campanha iniciada para ouvir histórias de aborto pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela *Think Olga*.

P1d: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada para ouvir histórias de aborto pela *Think Olga*.

Tendo em vista o deslocamento do sintagma preposicionado [para ouvir histórias de aborto], dissemos não ser possível enunciar parafrasticamente P1c e P1d. Ou seja, *Eu vou contar é uma campanha [para ouvir histórias de aborto]* e não iniciada ou apoiada [para ouvir histórias de aborto], afinal o sintagma nominal [uma campanha] é modificado pela relativa determinativa preposicionada [para ouvir histórias de aborto]. Para fins de análise e melhor elucidar a oração [para ouvir histórias de aborto] como uma relativa preposicionada (KENEDY;

12. Não consideramos as paráfrases por nós empreendidas como SD por entendermos que não representam recortes do corpus em análise. Assim, utilizaremos a P em substituição à paráfrase.

OTHERO, 2018), é possível dizer:

P1e: Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética e apoiada pela *Think Olga*. A campanha ouve histórias de aborto.

Esta reestruturação nos permite confirmar que o sintagma [ouvir histórias de aborto] está relacionado a *campanha* e não a *iniciada* ou a *apoiada*, de modo que [para ouvir histórias de aborto] é uma oração relativa determinativa com conteúdo circunstancial de finalidade (AZEREDO, 2012). Logo, entendemos que os enunciados **P1f**, **P1g**, **P1h** e **P1i** estão em relação parafrástica, embora o sentido de finalidade não seja necessariamente preservado:

P1f: Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de aborto.

P1g: Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias que são de aborto.

P1h: Eu vou contar é uma campanha que ouve histórias de aborto.

P1i: Eu vou contar é uma campanha que ouve histórias que são de aborto.

Apesar de os sintagmas [iniciada pela Anis - Instituto de Bioética] e [apoiada pela *Think Olga*] serem relativas determinativas reduzidas de participio, neste estudo, não as abarcamos. Damos atenção à relativa determinativa preposicionada [para ouvir histórias que são de aborto] e à relativa determinativa [histórias que são de aborto], dado o propósito de refletir sobre as evidências pelas *quais todo mundo sabe* o que é uma *história de aborto*, afinal o sintagma [para ouvir histórias de aborto/que são de aborto] está, sob o efeito de evidência da ideologia, segundo interpretamos, determinando a campanha *Eu vou contar*. A partir dessas duas relativas determinativas – [para ouvir histórias que são de aborto] e [histórias que são de aborto] –, nos perguntamos o que são *histórias que são de aborto*?

A partir da **SD2** (Eu vou contar. É assim que muitas mulheres começaram seus relatos de aborto), que inicia o segundo texto de divulgação da campanha, o qual é assinado pela Profa. Dra. Débora Diniz, consideramos, parafrasticamente, ser possível dizer:

P2a: Muitas mulheres começaram seus relatos de aborto falando/dizendo/escrevendo Eu vou contar.

P2b: Nem todas as mulheres começaram seus relatos de aborto

falando/dizendo/escrevendo Eu vou contar.

P2c: Muitas mulheres falaram/disseram/escreveram Eu vou contar para começar seus relatos de aborto.

P2d: Nem todas as mulheres falaram/disseram/escreveram Eu vou contar para começar seus relatos de aborto.

P2e: Muitas mulheres contaram relatos de aborto.

P2f: Nem todas as mulheres contaram relatos de aborto.

Tais construções parafrásticas nos colocam a seguinte indagação: Que *mulheres* contem *relatos de aborto/que são de aborto* significa que *relatos de aborto/que são de aborto* são contados somente por *mulheres*? Baseadas nas formulações acima, ainda perguntamos: É possível dizer que *relatos de aborto/que são de aborto são relatos de mulheres/relatos que são de mulheres*? Ou seja, há uma relação parafrástica possível entre *relato de aborto/que é de aborto* e *relato de mulher/relato que é de mulher*? Dito de outra forma: *Eu vou contar* é uma campanha para ouvir *histórias de mulheres que abortaram/histórias que são de mulheres que abortaram*?

Atentando à **SD3** (Eu vou contar 52 histórias de mulheres que fizeram aborto), reparamos que tais relações parafrásticas estão autorizadas pelas determinativas nesta sequência, a qual inicia a leitura das histórias. A partir dessa SD, consideramos ser possível dizer, parafrasticamente:

P3a: Eu vou contar 52 histórias que são de mulheres que fizeram aborto.

Tendo em vista as relativas determinativas [histórias que são de mulheres que fizeram aborto] e [mulheres que fizeram aborto], compreendemos que, a partir da **SD3**, no nível da formulação, temos uma relação parafrástica possível entre *história de aborto/história que é de aborto* e *história de mulher/que é de mulher*. Ainda assim, nos perguntamos: tal relação parafrástica só é possível a partir da **SD3**?

Como afirma Pêcheux (2009, p. 146), a ideologia, via processo de interpelação,

fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve [uma mulher, um aborto, uma mulher que faz aborto, quem faz aborto, uma história que é de aborto, quem conta uma história de aborto] etc., evidências que fazem

com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos de o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

No interior dessa citação clássica de Pêcheux (2009), acrescentamos, como pôde ser observado, alguns sintagmas, por entender que a ideologia, via processo de interpelação, fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe [quem faz aborto], [quem conta uma história de aborto], o que é [uma mulher], [um aborto], [uma mulher que faz aborto], [uma história de aborto]. Então, se o funcionamento da língua – a qual é, para a AD, dotada de opacidade – tem *autonomia relativa*, pois está na dependência de processos discursivos (HENRY, 1992), os efeitos de evidência materializados via *pré-construído* nas relativas determinativas não autorizam esta relação parafrástica? Dito de outro modo, sem a análise da **SD3** não é possível sugerir esta relação parafrástica ou as seguintes construções com base nas três SD?

PI¹³ : Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias de mulheres que fizeram aborto.

PII: Eu vou contar é uma campanha para ouvir histórias que são de mulheres que fizeram aborto.

PIII: Eu vou contar é uma campanha que ouve histórias que são de mulheres que fizeram aborto.

PIV: Eu vou contar é uma campanha para ouvir mulheres contarem histórias de aborto.

PV: Eu vou contar é uma campanha para ouvir mulheres contarem histórias que são aborto.

Interpretamos que, entendendo a língua enquanto transparente, não seria possível dizer, a partir da **SD1** e da **SD2**, que *histórias/relatos de aborto são histórias/relatos de mulheres*. Reparando que o adjunto adnominal [de aborto] corresponde à relativa determinativa [que é de aborto], nos indagamos, compreendendo a opacidade da língua e o funcionamento do pré-construído, sobre esta possibilidade parafrástica, afinal, segundo Henry (1992), o *pré-construído* é sempre uma construção anterior, externa ao discurso, independente dele, em oposição ao que é linearizado no fio do discurso.

13. Utilizamos os algarismos romanos para enumerar as parafrases empreendidas a partir do nosso gesto de leitura das três SD em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos efeitos de evidência produzidos pela ideologia para o sujeito, interpelado pela formação discursiva que o determina, quer dizer, na qual ele se constitui como sujeito, é possível uma relação parafrástica entre *histórias de aborto ou histórias que são de aborto e histórias de mulheres* ou *histórias que são de mulheres já que, evidentemente, as mulheres são quem contam uma história de aborto/que é de aborto*, afinal, *evidentemente*, elas é que fazem aborto. Assim, a relação causal, condicional, concessiva, adversativa, conclusiva, por exemplo, entre ser *homem* e contar *história de aborto/que é de aborto* é determinada por esses efeitos de evidência, que funcionam, ou seja, são materializados na língua, como a “base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 81), de modo que o sujeito que se identifica como homem *precise, evidentemente, dizer: eu não vou contar uma história de aborto porque eu sou homem* (causal); *se eu sou homem, eu não vou contar uma história de aborto* (condicional); *embora eu seja homem, eu vou contar uma história de aborto* (concessiva); *eu sou homem, mas eu vou contar uma história de aborto* (adversativa); *eu sou homem, logo eu não vou contar história de aborto* (conclusiva); dado o lugar determinado imaginariamente pela estrutura social para aquele que conta uma *história de aborto*.

Então, desde a perspectiva teórica a partir da qual enunciamos, interpretamos que a relação parafrástica é autorizada pelos efeitos ideológicos de evidência materializados via relativa determinativa. Ou seja, a evidência produz os efeitos de sentido que autorizam a relação parafrástica para o sujeito, interpelado por dada formação discursiva. Com base neste gesto de leitura, entendemos que a ideologia fornece as evidências pelas quais *todo mundo sabe que histórias de aborto/que são de aborto são contadas por mulheres*, já que, *evidentemente, todo mundo sabe que histórias de aborto/que são de aborto são histórias de mulheres/que são de mulheres*, embora, apesar de uma *discursivização homogênea* (PÊCHEUX; FUCHS, 2010), não sejam histórias de quaisquer *mulheres*, tendo em vista os dados da PNA (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016).

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, [1985] 2008.

ANIS, Instituto de Bioética. **Eu vou contar**. 2017. Disponível em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

AZEDERO, José Carlos. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.

BRASIL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**: Medida. Liminar 54. Brasília: Superior Tribunal Federal, 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=54&processo=54>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 2. 848, de 07 de setembro de 1940. Código Penal brasileiro. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 653-660. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, p. 69-75, jan./jun. 2005.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, [1977] 1992.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. Tradução de João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. **Caderno de Estudos da Linguagem**. Campinas, v. 19, s/n, p. 43-64, jul./dez. [1975] 1990.

HENRY, Paul. **De l'énoncé ou discours**: pré-supposition et processus discursifs. Róneo, CNRS-EPHE, 1974.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Para conhecer sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

OTHERO, Gabriel. **Mitos de linguagem**. São Paulo: Parábola, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard et al. (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Campinas: Pontes Editores, [1969] 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise automática do discurso:

atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). 4. ed. Tradução de Bethania S. Mariani et al. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2010. p. 159-249.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF realiza audiência pública sobre descriminalização do aborto nos dias 3 e 6 de agosto**. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385093>. Acesso em: 21 out. 2019.

RECEBIDO EM: 25/08/2021

ACEITE EM: 17/09/2021